

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO N° DE 2015

(Da Sra. Flávia Moraes)

Requerimento de audiência pública para discutir a precarização dos direitos dos trabalhadores do comércio e serviços.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, audiência pública para discutir a precarização dos direitos dos trabalhadores do comércio e serviços. Objetiva-se conhecer os desafios da jornada de trabalho dessa categoria e averiguar se as compensações diretas ou indiretas pelas horas extras trabalhadas são legais e adequadas.

Sugiro que sejam convidados:

- Antonio José Domingues de Oliveira Santos - Presidente da Confederação Nacional do Comércio;
- Levi Fernandes Pinto - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio;
- Luís Antônio Camargo de Melo - Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho;
- Auditor Fiscal do Trabalho.

JUSTIFICAÇÃO

A jornada de trabalho tem sido uma bandeira de lutas constantes na pauta de reivindicação das classes trabalhistas. Há um reconhecimento por parte da sociedade e previsão em Lei, que determinadas categorias de trabalhadores devem ter jornada de trabalho especial, pela natureza da atividade e produtividade da prestação de serviços, como por exemplo, a categoria profissional de empregados do comércio e serviços.

A Lei nº 12.790/2013 trata sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciário e dispõe em um de seus artigos a jornada de trabalho desses empregados, observando a Legislação Trabalhista, os Acordos Coletivos e as Convenções Coletivas. Porém, por ser um assunto de extrema relevância, verifica-se a necessidade de ampliar a comunicação entre o Poder Legislativo e os representantes destes trabalhadores, com o escopo de aperfeiçoar a legislação no que tange aos interesses da categoria.

Com o recente lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, que tem como Presidente o Líder do PDT, excelentíssimo Deputado André Figueiredo, reconhecemos a importância do tema e ressalto minha preocupação pela luta dos trabalhadores do comércio e serviços para garantir que suas jornadas de trabalho não sejam exaustivas e resarcidas de forma inadequada.

A audiência pública solicitada tem por objetivo intensificar o debate sobre a jornada de trabalho móvel e variável dessa categoria e estudar se a compensação pelo trabalho extra em horários e dias diferenciados está sendo aplicada de forma adequada.

Por estas razões, solicito apoio para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 02 de julho de 2015.

Deputado Flávia Morais
PDT/GO